

# Ônibus dá passagem para voto de cabresto

JEFFERSON PINHEIRO

Transcorridas na mais completa ordem, segundo o presidente do Tribunal Regional Eleitoral, José Manoel Coelho, as eleições em Brasília só deixaram a desejar no que se refere ao transporte ilegal de eleitores. No próprio TRE foram registrados 56 ônibus em vários pontos do Distrito Federal, transportando eleitores ou fazendo propaganda eleitoral indevida. Desse total, 23 foram apreendidos pela Justiça Eleitoral do Gama, com eleitores do candidato do Partido da Ação Social, Alemão Canhedo, e liberados pela juíza da 4ª Zona Eleitoral, Maria Rita Senne Capone, após às 17h, término da votação.

O fato, agora a cargo da Polícia Federal - que abrirá inquérito penal para verificar se houve crime eleitoral ou abuso de poder econômico - prevê penas de 4 a 6 anos de detenção, segundo o Código Penal, para o infrator, além de cassação de mandato, caso eleito. Isto provocou uma reação de outro candidato, Osório Adriano, que entrou com um pedido de reclamação no TRE, julgado improcedente, uma vez que

cabe às polícias Federal e Militar verificar e tomar as medidas legais nessa modalidade de crime.

Conhecida como um reduto dos partidos de esquerda, a cidade-satélite do Gama também registrou a apreensão de alguns ônibus de transporte de eleitores, por parte do candidato Paulo Octávio, alcançando o número de 30 somados aos de Alemão Canhedo. Além de distribuírem folhetos ofensivos ao candidato Paulo Octávio, os cabos eleitorais de Canhedo, da mesma coligação, conseguiram o troféu de campeão de irregularidade, colocando boa parte da Viplan - de propriedade de sua família - para transportar os eleitores até o local de votação.

Com um total de 93 mil e 505 eleitores, o Gama foi uma das satélites mais visadas pelos candidatos, que lotaram as ruas de panfletos e bandeiras. Desde às 6h, a juíza titular da 4ª Zona Eleitoral, Maria Rita Senne, recebeu denúncias dos partidos da oposição, quanto à chegada maciça de ônibus e coletivos, a maioria com eleitores trazidos da zona rural ou do estado de Goiás.

A juíza chegou a receber telefonemas de correligionários do candidato Paulo Octávio, questionando a ordem de apreensão. Entre as empresas que tiveram ôni-

bus apreendidos estão a Viplan, Anapolina, Transcoltur, Ipanema, Expresso Brasília, Fiança, Viação Santo Antônio e Real Expresso. Muitos eleitores trazidos reclamavam da sorte, alegando que o combinado era levá-los de volta.

Mesmo o candidato Osório Adriano, que se queixou do transporte de eleitores por parte de seus adversários da mesma coligação, Alemão Canhedo e Paulo Octávio, não escapou do procedimento. Na 12ª DP (Taguatinga-Centro), agentes federais suspeitaram de um ônibus da Brasal, com um plástico afixado com os dizeres "Ceilândia-Natal". Preso e autuado por crime eleitoral, inafiançável, o motorista autônomo Benedito do Nascimento disse que estava trabalhando para o candidato Osório Adriano e não sabia que estava cometendo um crime eleitoral.

A coligação Frente Comunidade, envolvendo 15 partidos, colocou nas ruas oito mil 600 pessoas, com remuneração entre Cr\$ 1 mil e Cr\$ 3 mil por dia. Os militantes, arregimentados entre a população mais pobre, não escondiam que aceitavam a contratação apenas por dinheiro. "Se a gente receber está bom", disse a doméstica desempregada Iolete Martins de Oliveira, 18 anos.



O transporte parou no ponto da ilegalidade e conduziu, na eleição, o abuso do poder econômico